

ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE SR. PAULO HORN DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS.

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2022

PEDRO HENRIQUE MEIRELLES BORSARI, brasileiro, advogado, solteiro, portador do RG nº 17.040.112, inscrito no CPF sob o nº 014.107.196-69, residente e domiciliado no município de Uberlândia, na Rua Berenice Rezende Diniz, nº 114, Bairro orada da Colina, CEP: 38.411-162, vem, respeitosamente, por meio desta, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I. TEMPESTIVIDADE

1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, objetivando a contratação de empresas especializadas para instalação e manutenção contínua de links de acesso à internet dedicado de 150 mbps (megabits por segundo), FULL, tornou público o certame na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do Processo Licitatório nº 081/2022, tipo “Menor Preço Lote”, com sessão prevista para o dia 19/04/2022, às 14h00, conforme registrado na UASG nº 926782.

2. O instrumento convocatório prevê expressamente que o prazo para interposição de impugnações ao Instrumento Convocatório é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a

realização da sessão pública do pregão, qual seja, 14/04/2022, sendo o termo final de referido prazo 14/04/2022, estando demonstrada a tempestividade da presente.¹

II. DA NECESSÁRIA REVISÃO DA DIVISÃO DO OBJETO FEITA NO PORTAL ELETRÔNICO E DO DISPOSTO NO ITEM 4.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I AO EDITAL)

3. Identifica-se com clareza **pontos do Edital e seus anexos** que exigem revisão imediata, sob pena de violação da norma de regência e dos princípios norteadores das licitações públicas:

4. Tem-se, **em primeiro**, a contradição existente entre o disposto no item 2.2 do Edital, que versa a respeito da divisão do certame em 02 (dois) lotes, nos termos de tabela constante do Termo de Referência (anexo I do Edital) e a divisão do objeto aplicada no portal eletrônico que hospeda o presente certame.

5. **Em segundo**, verifica-se a necessidade de retificação da exigência contida no item 4.3 do Termo Referência, que estabelece prazo inexecutável de 10 dias a contar da assinatura do contrato para o fornecedor instalar e disponibilizar para uso o link de acesso à internet, incluindo o cabeamento de fibra ótica e todos os demais serviços, equipamentos e materiais necessários para o acesso.

6. Sob enfoque da legalidade, outro não pode ser o destino da referida disposição editalícia que não a imediata exclusão do certame, nos termos do exposto a seguir:

II.1) CONTRADIÇÃO ENTRE O DISPOSTO NO ITEM 2.2 E O CONSTANTE DO PORTAL ELETRÔNICO.

7. Inicialmente, impende salientar acerca do que dispõe, expressamente, o Edital, em seu item 2.2. Vejamos:

¹ 4.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos ao presente Edital poderão ser feitas até as 17 horas, até 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresas especializadas para instalação e manutenção contínua de links de acesso à internet dedicado de 150 mbps (megabits por segundo), FULL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital e Termo de Referência.

2.2. O pregão está dividido em 2 (dois) LOTES, conforme justificativa e tabela constantes no ANEXO I, facultando-se ao licitante a participação naqueles que forem de seu interesse.

2.2.1. Não será admitida contratação de uma mesma empresa para mais de 1 (um) lote.

8. A partir do que consta do referido item, é possível apreender que o certame em questão será celebrado em 02 (dois) lotes distintos, não sendo permitido que haja a adjudicação do objeto de ambos os lotes para um só licitante.

9. O próprio Instrumento Convocatório, inclusive, no item 2 do seu anexo I, o Termo de Referência, justifica a necessidade de divisão do objeto licitado em 02 lotes:

- O CONIMS como órgão atuante na saúde pública, onde o acesso à internet é primordial na realização dos agendamentos, atendimentos, consultas e registro de dados médicos, se faz necessária a divisão do objeto em 2 (dois) lotes, para contratação de prestadores distintos, que garantam a continuidade dos serviços por meio de um link de acesso dedicado principal e um link de acesso dedicado para contingência, para que, no caso de desconexão, o link secundário garanta a continuidade dos atendimento sem causar maiores prejuízos;

10. Tal divisão, portanto, ordenada pelo próprio Edital que rege o procedimento licitatório em questão, prevê, ainda, que a divisão do objeto nos 02 lotes deverá se dar da seguinte forma:

ITENS	CÓDIGO CONIMS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE (MESES)	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
LOTE 01					
1	7202155706-1	Manutenção contínua de link 1 de acesso de Internet dedicado com velocidade de 150 Mbps Full, com garantia mínima de serviço 99,4% de banda ao ano, DNS reverso configurado, com mínimo de 1 IP válido e fixo na internet.	12	2.224,75	26.697,00
2	7202155707-1	Instalação do link 1 de acesso de internet dedicado por meio de fibra ótica, inclusos os equipamentos necessários para o funcionamento do serviço.	1	916,67	916,67
LOTE 02					
3	7202155706-2	Manutenção contínua de link 2 de acesso de Internet dedicado com velocidade de 150 Mbps Full, com garantia mínima de serviço 99,4% de banda ao ano, DNS reverso configurado, com mínimo de 1 IP válido e fixo na internet. (Este item contempla a redundância para o item 01 do presente instrumento. Não devendo compartilhar a mesma estrutura entre o provedor e o Contratante, para funcionar como backup e contingência em caso da interrupção ou falta de sinal do link dedicado principal, não podendo ainda ser o mesmo participante do Lote 01).	12	2.224,75	26.697,00
4	7202155709-1	Instalação do link 2 de acesso de internet dedicado por meio de fibra ótica, inclusos os equipamentos necessários para o funcionamento do serviço.	1	916,67	916,67
VALOR MÁXIMO TOTAL PARA O PROCESSO R\$					55.227,34

11. Conclui-se, pois, que o certame em comento terá seu objeto dividido em 02 lotes diferentes, o primeiro integrando os serviços registrados sob os números de item 01 e 03, e o segundo integrando os serviços registrados nos itens 3 e 4.

12. Ocorre, entretanto, que à despeito do que expressamente prevê o Instrumento Convocatório, o portal no qual se hospeda o presente certame **divide o objeto licitado apenas em 04 itens, em clara inobservância do exposto do Edital:**

Item	Descrição	Tratamento Diferenciado	Aplicabilidade Decreto 7174	Aplic. Margem Preferência	Unid. Fornec.	Qtd. Estimada	Valor Unit.(R\$)	Valor Total(R\$)
1	Informática - internet	-	Não	Não	Unidade	12		
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado							
	Caracteres restantes: 5000							
2	Informática - internet	-	Não	Não	Unidade	1		
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado							
	Caracteres restantes: 5000							
3	Informática - internet	-	Não	Não	Unidade	12		
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado							
	Caracteres restantes: 5000							
4	Informática - internet	-	Não	Não	Unidade	1		
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado							

13. Desse modo, para que seja cumprido o que se dispôs no Edital, por obrigação da vinculação ao instrumento convocatório, bem como à luz da razoabilidade, proporcionalidade e demais princípios regentes dos procedimentos licitatórios, a retificação da divisão aplicada no portal para que passe a constar a separação do objeto em lotes, nos termos do Edital, É a medida que se impõe.

14. Para tanto, traz-se à baila o exposto no *caput* do artigo 41 da Lei nº 8.666/93, a Lei de licitações:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (grifo nosso)

15. Ora, conforme claramente disposto pela legislação que rege e aplicação do certame em comento, é obrigatória a observação de todas as regras do Edital quando da celebração da integralidade do processo licitatório. Não pode, a Administração, agir no sentido de contrariar as disposições do Edital, haja vista que este é o Instrumento que rege a integralidade do procedimento aplicado ao certame.

16. Disto isso, tendo em vista que o Edital prevê expressamente a divisão do objeto licitado em 02 (dois) lotes diferentes, 1 contemplando os itens 01 e 02, e outro contemplando os itens 03 e 04, não há como admitir que o pregão se dê apenas a partir da divisão do objeto em itens.

17. Além de flagrantemente nula, em virtude do princípio basilar da vinculação ao instrumento convocatório, a adoção de regime de condução o certame diferente do disposto no Edital represente, a partir da divisão do objeto apenas em 04 itens, sem se observar a necessária divisão por lotes, indica outro eventual problema, que se traduz na possibilidade de que a instalação de links de internet e a prestação de serviços à eles inerentes podem ser fornecidos por duas empresas diferentes, o que, certamente, não atende ao princípio da razoabilidade ou da vantajosidade à Administração Pública.

18. Caso perdure a nulidade encontrada na desvinculação ao Edital praticada no pregão Eletrônico a partir da divisão do objeto apenas em itens, a empresa que venha a vencer o direito de prestar o serviço relativo ao item 01, por exemplo, que se refere à manutenção contínua de 01 link de

acesso de internet pode não ser a mesma que obtenha o direito de manutenção do referido link, o que contraria totalmente o senso de proporcionalidade, razoabilidade e vantajosidade que deve ser aplicado às licitações públicas.

19. Contraria justamente porque é lógico apreender que, ainda que divididos em itens diferentes, os serviços de instalação e de manutenção de 01 link de internet integral o mesmo escopo do objeto licitado, à medida que devem, por óbvio, ser fornecidos pela mesma empresa. Daí a necessidade de divisão do objeto licitado por lotes, conforme disposto no Edital.

20. Assim, porquanto flagrantemente nula a divisão aplicada no portal eletrônico que hospeda o presente, haja vista que ofende diretamente os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade, da proporcionalidade e da vantajosidade à Administração, requer se digne o Douto Presidente designado de determinar a correção da divisão feita no portal que hospeda o presente certame, a fim de fazer consta a divisão do objeto por lotes, **sendo os itens 01 e 02 no Lote 01 e os itens 03 e 04 no Lote 02**, por ser medida de direito e de justiça.

II.2) DA INEXEQUIBILIDADE DO PRAZO PARA PREVISTO NO ITEM 4.3 DO TERMO REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL

21. O referido item assinala prazo de **apenas 10 dias a contar da assinatura do contrato** para o fornecedor instalar, ativar e disponibilizar o link de acesso à internet, incluindo o cabeamento de fibra ótica e todos os demais serviços, equipamentos e materiais necessários para o acesso.

22. Não é preciso mais do que bom senso e razoabilidade para constatar que **referido prazo é inexecutável e onera sobremaneira o proponente e futuro contratado**.

23. O cumprimento das obrigações listadas exige a aquisição e entrega do equipamento necessário e, mesmo que a disponibilidade dos mesmos seja imediata, há que considerar-se o tempo demandado pelos trâmites inerentes a todo o processo: solicitação junto ao fornecedor, emissão de ordem de entrega, verificação de estoque, emissão de nota fiscal, efetivo transporte, dentre outros.

24. Acrescenta-se ainda, outras diligências imprescindíveis a possibilitar a efetiva prestação de serviço em nova localidade, tais como: (i) autorizações perante o Município sede; (ii) aprovações de compartilhamento de infra, (iii) elaboração e realização das obras necessárias, e (iv) construção da abordagem.

25. Há que se considerar que mesmo empresas totalmente capacitadas e com amplo rol de fornecedores habilitados, enfrentarão tais limitações inerentes ao processo necessário para atendimento aos requisitos técnicos do serviço a ser prestado.

26. **Nítido pois que a fixação de prazo inexecutável configura inarredável ofensa à competitividade, afastando do certame concorrentes com plena capacidade de fornecer o objeto, face à impossibilidade de cumprimento do termo aprazado no item 4.3 do Termo Referência**; além de ofender aos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear todos os atos administrativos.

27. Nesse sentido, o posicionamento do Tribunal de Contas da União:

“TC 013.539/2009-3

Natureza: Representação.

Órgão: Subdiretoria de Abastecimento do Comando da Aeronáutica.

Interessada: Bextro Equipamentos Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 04.906.647/0001-38.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 13/2009/SDAB DO COMANDO DA AERONÁUTICA. AQUISIÇÃO DE TECIDOS. CONHECIMENTO. FIXAÇÃO DE PRAZO INSUFICIENTE PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA. COMPROMETIMENTO À IMPESSOALIDADE E RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÕES AO ÓRGÃO.

A fixação, no ato convocatório, de prazo para apresentação de amostras sabidamente insuficiente para quase todas as empresas consultadas pelo órgão licitante, representativas do mercado, compromete a impessoalidade e restringe o caráter competitivo da licitação, contrariando princípios insertos no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 8.666/1993.”

28. Face ao exposto, merece imediata supressão do Termo de Referência o prazo assinalado, em atenção aos princípios licitatórios da concorrência e vantajosidade.

III. PEDIDOS

29. Por todo o exposto, requer

a) Seja recebida e processada a presente impugnação, eis que própria e tempestiva;

b) Retificar a configuração do portal eletrônico que hospeda o presente certame, porquanto flagrantemente contrário às disposições do Edital e da legislação vigente, nos termos de todo o exposto.

c) Alterar o item 4.3 do Termo de referência, anexo I ao Edital em epígrafe, para decretação da inexecutabilidade do prazo de 10 dias fixado para instalação, ativação e disponibilização do link de acesso à internet, incluindo o cabeamento de fibra ótica e todos os demais serviços, equipamentos e materiais necessários para o acesso, **ampliando para no mínimo 60 (sessenta) dias**.

Posto que a disposição editalícia ora apontada ultrapassa os limites da legalidade, bastando ao licitante exigir o que a lei permite, qual seja, o atendimento à exequibilidade dos prazos expressos no Instrumento Convocatório, razoabilidade e proporcionalidade, para que seja restabelecida a competitividade do certame.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

De Uberlândia/MG para Pato Branco/PR, 11 de abril de 2022.

PEDRO HENRIQUE
MEIRELLES BORSARI

Assinado de forma digital por
PEDRO HENRIQUE MEIRELLES
BORSARI
Dados: 2022.04.11 17:47:40 -03'00'

Pedro Henrique Meirelles Borsari

OAB/MG 207.984